ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO 5
PREFÁCIO DA QUARTA EDIÇÃO 9

I LIÇÃO – INTRODUÇÃO. O SER HUMANO COMO SER FAMILIAR 11
INTRODUÇÃO 13
1. A comunidade familiar 13
2. Direito da Família 15
3. As derivas 16
3.1. A total possibilidade 16
3.2. A omnipotência 17
3.3. Crise dos valores e do Direito – a subjectividade 18
3.4. O Direito da família: os direitos da pessoa como direitos absolutos 19

II LIÇÃO – OS NOMES DO DIREITO DA FAMÍLIA 21
INTRODUÇÃO 23
1. Noção Jurídica de Família 23
1.1. A família 23
1.2. As relações familiares 24
1.2.1. A relação de casamento 24
1.2.2. União de facto 25
1.2.2.1. Generalidades 28
1.2.2.2. Direito Português 28
1.2.2.3. Pessoas que vivem em economia comum 30
1.2.3. O parentesco 30
1.2.3.1. Efeitos do parentesco 31
1.2.4. Afinidade 31
1.2.4.1. Efeitos da afinidade 31

1.2.5. A adopção 32
1.2.5.1. Modalidades da adopção 33
2. O direito da família e o direito das sucessões 38
2.1. O Direito da Família e as suas divisões. O Direito não civil da família 38
2.2. O Direito das Sucessões 39

III LIÇÃO – A FAMÍLIA COMO ENTIDADE SOCIAL 41
INTRODUÇÃO 43
1. A família tradicional: família alargada ou família conjugal? 44
2. Funções da família 48
CONCLUSÃO 54

IV LIÇÃO – A FAMÍLIA COMO PROBLEMA NORMATIVO 57
INTRODUÇÃO 59
1. A família e o casamento como instituições de interesse público: o direito público da família 60
1.1. A família e a ordem 60
1.2. O enquadramento sócio-político da família 62
2. A diminuição dos problemas normativos da família: o direito privado da família 64
2.1. A diminuição dos problemas normativos da família 64
2.2. O Direito civil da família: a privacidade e o social 68

V LIÇÃO – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DA FAMÍLIA (EM SENTIDO LATO) 71
INTRODUÇÃO 73
1. O período que decorre até ao século XII: o direito romano; as tentativas posteriores de institucionalização do casamento 74
1.1. Direito romano (casamento, filiação e regime patrimonial) 74
1.2. A "antítese" cristã 74
1.2.1. A indissolubilidade 75
1.2.2. O valor moral e os fins do casamento 76
2. A invenção do direito matrimonial 77
2.1. A invenção do Direito matrimonial (séculos XII e XIII) 77
2.1.1. O trabalho complementar: a re-elaboração dos fins do casamento 78
2.1.2. O matrimónio como sacramento 80
2.1.3. O Concílio de Trento 80
2.2. A evolução do regime de bens e das regras sucessórias (estatuto patrimonial) 81

VI LIÇÃO – A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA FAMÍLIA:
DO DIREITO PÚBLICO AO DIREITO PRIVADO 83
INTRODUÇÃO 85
1. O fraccionamento da família: o desaparecimento da autoridade do pai-chefe 85
1.1. A tradição 85
1.2. O Direito da Família 88
2. A nova família – a destruição da tradição e da dominação 89
2.1. A recuperação da família pelo Direito do Estado (Direito civil) 89
2.2. Perspectivas de evolução 91

VII LIÇÃO – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DA FAMÍLIA 95
INTRODUÇÃO 97
1. *Direitos de ser humano* (direitos da pessoa no sentido tradicional) 98
1.1. Direito à celebração do casamento 98
1.2. Direito de constituir família 100
1.3. Competência da lei civil para regular os requisitos e os efeitos do casamento e a sua dissolução, independentemente da forma de celebração 101
1.4. Admissibilidade do divórcio para quaisquer casamentos 102
1.5. Igualdade dos cônjuges quanto à sua capacidade civil e à manutenção e educação dos filhos 102
1.6. Atribuição aos pais do dever de educação dos filhos e inseparabilidade dos filhos dos seus progenitores 103
1.7. Não discriminação entre filhos nascidos no casamento e fora do casamento 104
2. Direitos dos membros da família perante o estado 105
2.1. Protecção da adopção 105
2.2. Protecção da família 105
2.3. Protecção da paternidade e da maternidade 105
2.4. Protecção da infância 106
3. Outros direitos constitucionais? 106

VIII LIÇÃO – FONTES DO DIREITO DA FAMÍLIA 109
INTRODUÇÃO 111
1. A Lei 111
1.1. A Constituição da República Portuguesa 111
1.2. Convenções internacionais 113
1.3. Código Civil 114
1.4. As outras fontes do Direito da Família 114
2. O papel do juiz e do doutor 115

IX LIÇÃO – CARACTERES DO DIREITO DA FAMÍLIA 119
1. Direito Civil ou Direito Público: o núcleo tradicional esvaziado 121
2. Institucionalismo 122
3. Coexistência, na ordem jurídica portuguesa, de direito estadual e de direito canónico na disciplina da relação matrimonial 123
4. Permeabilidade do direito da família às transformações sociais 123
5. Afectação de certas questões do direito da família a tribunais de competência especializada 125

X LIÇÃO – CARACTERES DOS DIREITOS FAMILIARES 127
INTRODUÇÃO 129
1. Os direitos familiares pessoais como direitos funcionais 129
2. Relações de associação 131
2.1. O Direito 131
2.2. O Direito da família 132
3. Carácter duradouro dos estados de família 136
4. Relatividade. O carácter relativo 136
5. Tipicidade dos direitos familiares 136

I PARTE – AS RELAÇÕES PESSOAIS NA FAMÍLIA 139

XI LIÇÃO – CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL (O CASAMENTO COMO ACTO) 141
INTRODUÇÃO 143
A. O Casamento Católico 145
1. O casamento católico numa antropologia aberta 145
2. O direito do casamento católico 149
2.1. Fontes 149
2.2. O matrimónio 150
2.3. Fins do matrimónio 151
2.4. Sacramento 152
2.5. Propriedades essenciais 152
B. O Casamento Civil 155

XII LIÇÃO – O CASAMENTO CIVIL E O CASAMENTO CATÓLICO: OS SISTEMAS MATRIMONIAIS 157
INTRODUÇÃO 159
1. Os sistemas matrimoniais 161
2. A evolução do sistema matrimonial em Portugal 163
2.1. O Código Civil de 1867 163

2.2. As leis da Primeira República 164
2.3. A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa 165
2.4. O protocolo adicional à Concordata 166
2.5. A lei da liberdade religiosa 168

XIII LIÇÃO – CARACTERES DO CASAMENTO COMO ACTO E COMO ESTADO 169
INTRODUÇÃO 171
1. Caracteres do casamento como acto 171
1.1. O casamento como negócio jurídico. O casamento como contrato 171
1.2. O casamento como negócio pessoal 172
1.3. O casamento como negócio solene 172
2. Caracteres do casamento como estado 173
2.1. Unidade 173
2.2. Vocação de perpetuidade 174

XIV LIÇÃO – O CASAMENTO COMO CONTRATO: REQUISITOS DE FUNDO 177
INTRODUÇÃO 179
1. O consentimento 179
1.1. Características do consentimento 179
1.1.1. Carácter pessoal. O casamento por procuração 179
1.1.2. Carácter puro e simples do consentimento 181
1.2. Perfeição do consentimento 181
1.2.1. O casamento simulado. Referência ao erro na declaração 182
1.3. Liberdade do consentimento 183
1.3.1. Erro 184
1.3.2. Coacção 185
1.3.3. Regime da anulabilidade por erro e coacção 185
2. Capacidade 185

XV LIÇÃO – O CASAMENTO COMO CONTRATO: REQUISITOS DE FUNDO (CONTINUAÇÃO) 189
INTRODUÇÃO 191
1. Requisitos gerais de forma 192
1.1. Processo preliminar 192
1.2. Celebração do casamento 193
1.3. Registo do casamento 194
2. Especialidades 195
2.1. Referências aos casamentos urgentes 195

2.2. Casamento de portugueses no estrangeiro e de estrangeiros em Portugal 196

XVI LIÇÃO – INVALIDADE DO CASAMENTO 199
INTRODUÇÃO 201
1. Inexistência do casamento 201
1.1. Casos de inexistência 201
1.2. Justificação da categoria de inexistência do matrimónio 202
2. Anulabilidade do casamento. O casamento putativo 203
2.1. Anulabilidade do casamento 203
2.2. Casamento putativo 205

XVII LIÇÃO – O CASAMENTO CATÓLICO: CONSENTIMENTO E CAPACIDADE, FORMA, NULIDADE 209
INTRODUÇÃO 211
1. Consentimento. Capacidade. Forma 211
1.1. Introdução 211
1.2. Consenso 211
1.2.1. Falta ou inadequação da discrição de juízo 212
1.2.2. A incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimónio (can. 1095, § 3) 213
1.2.3. Ignorância da essência do matrimónio 214
1.2.4. O temor reverencial 214
1.3. Forma 214
1.4. Capacidade 215
2. Forma do casamento em Direito português 217
3. Registo do casamento: a transcrição 218

XVIII LIÇÃO – EFEITOS PESSOAIS DO CASAMENTO 219
INTRODUÇÃO 221
1. Igualdade de direitos e deveres dos cônjuges e direcção conjunta da família 222
2. Afectação do estado dos cônjuges 223
2.1. O nome 223
2.2. A nacionalidade 225

XIX LIÇÃO – DEVERES DOS CÔNJUGES 227
INTRODUÇÃO 229
1. Dever de coabitação 231
2. Dever de fidelidade 232

3. Cooperação 232
4. Dever de assistência 234
5. Dever de respeito 236

III PARTE – AS RELAÇÕES PATRIMONIAIS NA FAMÍLIA 239

XX LIÇÃO – O REGIME DE BENS. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 241
INTRODUÇÃO 243
1. O regime de bens e as convenções ante-nupciais. Características das convenções ante-nupciais 245
1.1. Convenção ante-nupcial 246
1.2. Imutabilidade das convenções ante-nupciais 247
1.3. Acordos antecipados de partilha dos bens comuns no casamento 249
2. Requisitos da convenção ante-nupcial 252
2.1. Requisitos de fundo da convenção ante-nupcial 252
2.2. Formalidades da convenção ante-nupcial 252
2.3. Invalidade das convenções ante-nupciais 253
2.4. Caducidade das convenções ante-nupciais 253

XXI LIÇÃO – REGIMES DE BENS TÍPICOS 255
INTRODUÇÃO 257
1. Regimes de comunhão. A comunhão conjugal como compropriedade 257
1.1. A compropriedade/comunhão 259
2. Regime da comunhão de adquiridos 259
2.1. Composição das massas patrimoniais 259
2.1.1. Bens próprios 260
2.1.2. Bens comuns 263
2.1.3. Bens adquiridos no exercício de mandato 263
2.2. Poderes de disposição 264
3. Comunhão geral 266
4. Separação de bens 267
5. O consentimento conjugal e o seu suprimento 267

XXII LIÇÃO – A COMUNHÃO DE ADQUIRIDOS COMO REGIME SUPLETIVO. CRÍTICA 269
1. O Código Civil de 1966 e o regime da comunhão de adquiridos 271
CONCLUSÃO 275

XXIII LIÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DOS CÔNJUGES 277
INTRODUÇÃO 279
1. Administração dos bens 279
2. Poderes do cônjuge administrador e do cônjuge não administrador 280
2.1. Poderes do cônjuge administrador 280
2.1.1. Responsabilidade do cônjuge administrador 280
2.2. Poderes do cônjuge não administrador 281
3. Observações à administração ordinária por cada um dos cônjuges dos bens comuns 281

XXIV LIÇÃO – RESPONSABILIDADE PELAS DÍVIDAS DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE UM CÔNJUGE 283
INTRODUÇÃO 285
1. Dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges (Artigo 1696º do Código Civil) 285
2. Bens do cônjuge devedor cuja administração pertence a outro 286
3. Bens adquiridos por sub-rogação 287
4. Moratória 287

XXV LIÇÃO – DÍVIDAS COMERCIAIS 289
INTRODUÇÃO 291
1. Regime Jurídico 291
2. Dívidas cambiárias 293
3. Sociedade 294

XXVI LIÇÃO – RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS E ADMINISTRAÇÃO E DISPOSIÇÃO DOS BENS DO CASAL 297
INTRODUÇÃO 299
1. Evolução 299
2. Reforma de 1977 300
3. Excepções 300
4. Administração ordinária dos bens comuns 300
5. Administração extraordinária 300
6. Quota social 301
7. Proventos do trabalho 301
8. Frutos dos bens próprios 302
9. Rendimentos do capital 302
10. Administração exclusiva 302
11. Remuneração do administrador 303
12. Os poderes do cônjuge administrador e a contratação de dívidas 303

XXVII LIÇÃO – ADMINISTRAÇÃO E DISPOSIÇÃO DE BENS 305
INTRODUÇÃO 307
1. Os poderes do cônjuge não administrador 307
2. A disposição de bens móveis 307
3. Disposição de bens imóveis 308
4. Alienação do estabelecimento comercial 309
5. Alienação e oneração de bens imóveis 309
6. Repúdio de heranças e legados 310
7. O consentimento 310
8. Os poderes de disposição *"mortis causa"* 310
9. Disposição de bens do património comum 311

XXVIII LIÇÃO – A RELEVÂNCIA DOS REGIMES DE BENS NOS QUADROS DA RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS 313
INTRODUÇÃO 315
1. Compensações no âmbito da responsabilidade por dívidas do casal 315
2. Alguns casos 316
3. O tratamento jurídico do passivo existente do momento da liquidação e contraído depois da dissolução do casamento 318

XXIX LIÇÃO – SEPARAÇÃO E UNIÃO DE FACTO 319
INTRODUÇÃO 321
1. Responsabilidade por dividas na separação de facto 321
2. A responsabilidade por dívidas na união de facto 322

XXX LIÇÃO – MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL 325
INTRODUÇÃO 327
1. A separação de pessoas e bens 327
1.1. Efeitos da separação 328
1.2. Reconciliação dos cônjuges ou divórcio 329
2. Extinção da relação matrimonial 331
2.1. Direito canónico 331
2.1.1. A dissolução do casamento católico *"rato e não consumado"* 331
2.1.2. O Privilégio paulino 332
2.1.3. O Privilégio petrino 332
2.2. A morte como causa da dissolução do casamento 332
2.3. Direito Civil 333
2.3.1. O divórcio. Modalidades 333

XXXI LIÇÃO – DIVÓRCIO 335
INTRODUÇÃO 337
1. O divórcio por mútuo consentimento 337
1.1. Noção e pressupostos 337
1.2. O Processo 339
2. O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges 340
2.1. Causas do divórcio 340
2.1.1. Causas do divórcio-sanção 340
2.1.1.1. A culpa do cônjuge requerido 341
2.1.2. As causas do divórcio-remédio 342
2.1.3. Divórcio constatação da ruptura do vínculo conjugal 342
2.2. O regime actual 343

XXXII LIÇÃO – EFEITOS DO DIVÓRCIO. EXTINÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL, INDEMNIZAÇÃO DE DANOS, DIREITO A ALIMENTOS 349
INTRODUÇÃO 351
1. Extinção dos efeitos do casamento 351
1.1. Perda de benefícios 352
1.2. Perda de direitos sucessórios 353
1.3. Partilha dos bens do casal. Casa de morada da família 353
2. Efeitos do casamento mesmo depois do divórcio/efeitos gerados pelo divórcio 336
2.1. Reparação dos danos 336
2.1.1. A Lei 336
2.1.2. Considerações gerais 336
2.1.3. O nº 2 do artigo 1792º 358
2.1.4. Responsabilidade civil 358
2.1.5. Responsabilidade pelo divórcio 359
2.2. Prestação de alimentos 359
2.3. Destino dos filhos menores 362
Exercício das responsabilidades parentais 363
3. Data a partir da qual se produzem os efeitos do divórcio 365

XXXIII LIÇÃO – A FILIAÇÃO COMO PROBLEMA JURÍDICO 367
INTRODUÇÃO 369
1. O estabelecimento da filiação 370
2. As relações entre pais e filhos (evolução) 371

XXXIV LIÇÃO – A FILIAÇÃO COMO PROBLEMA SOCIAL 375
1. A família como comunidade de amor e a criança. 377
2. A reprodução artificial e o direito da filiação 379

XXXV LIÇÃO – ESTABELECIMENTO DA MATERNIDADE 385
1. Estabelecimento da maternidade através da menção desta no registo de nascimento do filho. Declaração de maternidade 387
1.1. Estabelecimento da maternidade através da menção desta no registo do nascimento do filho 387
1.2. Declaração da maternidade 388
1.3. Impugnação da maternidade 389
2. Averiguação oficiosa da maternidade. Reconhecimento judicial da maternidade 389
2.1. Averiguação oficiosa da maternidade 389
2.2. Reconhecimento judicial da maternidade 391
2.2.1. Reconhecimento a pedido do filho 391
2.2.2. Acção de investigação de maternidade no caso de filho nascido ou concebido na constância do matrimónio da pretensa mãe 391
2.2.3. Estabelecimento da maternidade a pedido da mãe 392

XXXVI LIÇÃO – ESTABELECIMENTO DA PATERNIDADE 393
INTRODUÇÃO 395
1. Presunção da paternidade do marido da mãe. Impugnação da paternidade 395
1.1. Presunção da paternidade do marido da mãe 395
1.1.1. Dupla presunção de paternidade: resolução 396
1.2. Impugnação da paternidade 397
1.2.1. Impugnação da paternidade do filho concebido na constância do casamento 397
1.2.2. Impugnação da paternidade do filho concebido antes do matrimónio 397
2. Perfilhação e averiguação oficiosa da paternidade 399
2.1. Perfilhação 399

XXXVII LIÇÃO – ESTABELECIMENTO DA PATERNIDADE (CONTINUAÇÃO) 403
INTRODUÇÃO 405
1. Averiguação oficiosa da paternidade 405
2. Reconhecimento judicial 406
3. Alimentos provisórios 408

XXXVIII LIÇÃO – EFEITOS DA FILIAÇÃO 409
INTRODUÇÃO 411
1. Princípios gerais 412
1.1. O nome 412
1.2. Deveres de pais e filhos 413
1.3. Responsabilidades parentais 414
2. Inibição e limitação ao exercício das responsabilidades parentais 417
2.1. Meios de suprir o exercício das responsabilidades parentais 418

XXXIX LIÇÃO – A ADOPÇÃO 421
INTRODUÇÃO 423
1. A adopção plena 424
2. A adopção restrita e o apadrinhamento civil 426